MARIA SOUSA GALITO

DRCA, Ordem dos Economistas, Cédula nº 16084

PROPOSTA

P/ Congresso Nacional dos Economistas

Sessão 2 sobre Ambiente Social e Governança

GEOECONOMIA PORTUGUESA - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

Portugal é um país que deve investir num modelo de crescimento económico sustentável. Primeiro, deve incentivar o aumento consistente do Produto Interno Bruto (PIB), de preferência acima dos 3% de média anual mínima. Depois, deve garantir que a riqueza seja distribuída equitativamente pelos diferentes setores da economia, combatendo a corrupção (ativa e passiva) para que Estado e empresas possam, cooperando entre si, contribuir para ganhos de bem-estar da população num contexto de igualdade de oportunidades e de mobilidade social baseada no mérito. Mais do que isso, deve levar em conta o impacto ambiental do seu projeto de desenvolvimento, sem comprometer as novas gerações, com base num plano com objetivos de curto, médio e longo prazos que faça boa gestão dos recursos humanos, financeiros e humanos disponíveis (consultar Gráfico 1). Estas metas são necessárias ou mesmo essenciais, e não têm de ser impossíveis, mas num país com tendência para estudos de mercado e planos de avaliação, importa negociar meios com base em prazos e métricas exequíveis, para que os objetivos sejam enfim atingidos.



Gráfico 1: Modelo de Sustentabilidade

Fonte: Autora

De acordo com a Agenda 2030, os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) para um mundo mais justo¹ (consultar Gráfico 2) levam em consideração cinco prioridades: 1) as pessoas (para garantir mínimos de subsistência e de dignidade, tecidos num modelo social que, no caso Português, pertence a um Estado-Membro da União Europeia); 2) o Planeta (onde vivem cerca de oito mil milhões de habitantes que consomem exponencialmente os recursos limitados que existem na Terra, no Mar e no Ar²; 3) a prosperidade em harmonia com a Natureza; mas também o objetivo da 4) paz (que se deseja local, nacional, regional e global; pois embora Portugal seja um dos países mais pacíficos do mundo, há múltiplos conflitos armados noutras regiões, alguns dos quais ameaçam o equilíbrio do xadrez geopolítico); o que exige investir em 5) Cooperação Internacional em fóruns multilaterais (em diplomacia preventiva e gestão eficaz e não oportunista das crises).

Erradicar a **Energias** Pobreza renováveis e acessíveis Cidades e Ação Produção e Erradicar Comunidades Climática a Fome Consumo Sustentáveis Sustentáveis Água Indústria, potável e Inovação e saneamento Infraestruturas Parcerias para a Implementação dos objetivos Educação de Reduzir as qualidade Desigualdades Paz, Justiça e Proteger a Proteger a Igualdade de Instituições vida vida Género **Eficazes** Terrestre Marítima Trabalho Saúde de Digno e qualidade Crescimento Económico

Gráfico 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Baseado em BCSD Portugal (2023)

Maria Sousa Galito 2

¹ BCSD Portugal (2023). "Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". URL: https://ods.pt/

² ONU (2023). "Mundo com 8 bilhões oferece infinitas possibilidades, diz relatório da ONU". *ONU News*, Perspetiva Global, Reportagens Humanas, 19 abril. URL: https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813112

Portugal só poderá desenvolver um modelo de desenvolvimento sustentável se não depender tão fortemente do setor terciário, em especial do Turismo³, pois nem só de serviços sobrevive um Estado que se pretende empreendedor, estável, construtivo e com dinâmica de futuro, que não seja apenas um parque temático ou estância de veraneio.

Portugal possui algumas empresas de ponta ou até indústrias em zonas (*hubs*) estratégicas (específicas) no centro ou norte do país. Isso não significa que seja fortemente industrializado, bem pelo contrário.

Neste percurso, a coesão social e territorial deve levar em conta a economia circular baseada em sinergias locais e regionais, e não descurar um setor primário que garanta a autonomia alimentar do país em caso de crise internacional (por exemplo, durante a Pandemia do Covid19 as fronteiras encerraram temporariamente e, hoje em dia, há guerra na Ucrânia, um país tradicionalmente exportador de cereais).



Gráfico 3: Recentrar de Prioridades Setoriais

Fonte: Autora

Importa também asseverar a construção de infraestruturas; de obras públicas que transformem Portugal na maior porta de entrada/saída da União Europeia, sejam estas viárias, portuárias, aeroportuárias. Precisamos de mais um aeroporto em Lisboa, mas também no centro do país; mas também de melhores estradas no interior.

O sucesso não está em obras megalómanas deixadas para as calendas gregas. Mais vale apostar em projetos mais pequenos que, somados ao longo dos anos, possam atingir a meta desejada, que deverá ambicionar satisfazer as necessidades do povo português, sobretudo as mais urgentes, que identificam a saúde e a educação como pilares do progresso, que deve recorrer a um modelo misto, público e privado ou até associativo (consultar o Gráfico 4).

Maria Sousa Galito 3

_

³ Em 2023, entre janeiro e junho, a Balança Comercial portuguesa foi excedentária (em 585 milhões de euros) e as exportações portuguesas aumentaram 10,2% face a período homólogo, atingindo a marca dos 62.245 milhões de euros. A categoria "Viagens e Turismo" representou uma quota de 16,7% do total (principal exportação), enquanto "Máquinas e Aparelhos" só obteve 9,7% e "Veículos e Outros Materiais de Transporte" rondou os 9%. Fonte: AICEP (20203). "Exportações Aumentam no Primeiro Semestre de 2023". AICEP Portugal Global, 22 agosto. URL: https://www.portugalexporta.pt/noticias/exportacoes-aumentam-primeiro-semestre-2023

Gráfico 4: Recentrar de Prioridades Setoriais (1)

Plataforma tecnológica e logística integrada Setores
Tradicionais
Renovados
e Coesão
Territorial

Empreender
Industrializar
de forma
sustentável

Energias Renováveis + Agricultura Biológica e Autóctone

Saúde e Educação de Qualidade para Portugueses (modelo misto, público e privado)

Teletrabalho + Internet (zonas remotas) + Redistribuição populacional Litoral/Interior

Fonte: Autora

Há um plano adiado que importa concluir o quanto antes e que está associado às negociações sobre a extensão da Zona Económica Exclusiva portuguesa. Um projeto entregue junto das Nações Unidas em maio de 2009, que só começou a ser realmente discutido em agosto de 2017, sem fim à vista para uma resolução. Este projeto implica aumentar o território nacional e, sobretudo, garantir o acesso a recursos marinhos de valor incalculável (inclusive ouro, manganês, cobre, platina, cobalto e zinco) que, uma vez explorados de forma sustentável, poderão contribuir para a riqueza nacional de forma significativa.

Enquanto não é possível, não é admissível ficar à espera que países terceiros nos reconheçam valor ou direito ao espaço. É indispensável aproveitar o tempo para acabar com a seca que grassa nas regiões mais quentes do país e dessalinizar água do mar para rega e consumo das populações. Mas também reabrir os nossos estaleiros e construir barcos que ajudem a proteger as nossas águas e as nossas rotas marítimas do crime organizado. O mar tem de voltar a ser desígnio nacional, não apenas na retórica e nos projetos acumulados dentro da gaveta (consultar Gráfico 5).

Gráfico 5: Recentrar de Prioridades Setoriais (2)

Extensão da Zona Económica Exclusiva Rede
Aeroportuária
+ Transporte
de Alta
Velocidade

Dessalinização da água do mar para rega e consumo das populações Segurança Marítima Investir em frota mercante

O MAR tem de voltar a ser desígnio nacional

Fonte: Autora

Maria Sousa Galito 4

Não se pode industrializar, ou inovar na agricultura e nas pescas, ou até nos serviços, sem pessoas. Portugal não é um país pequeno, também não é grande. O seu mercado é limitado e está algo saturado. Possui cerca de dez milhões de habitantes (consumidores), e mais dois milhões e meio de emigrantes e seus descendentes espalhados pelo mundo, pelo que tem de aprender a mobilizar a sua rede de talentos além-fronteiras com base numa diplomacia económica e científica que capte excelência ou a faça criar riqueza a partir de fora para dentro.

O triângulo estratégico formado por dois arquipélagos (Açores e Madeira) e um jardim à beira mar plantado que não é extenso, é governável mas está francamente mal gerido, também porque não há coesão entre Interior e Litoral. Atualmente, com o teletrabalho e insistindo numa maior abrangência da internet pelos meios rurais, não há razão para as pessoas se empilharem no Litoral em duas ou três cidades. Portugal teria uma força de trabalho talvez mais feliz e mais produtiva se o país valorizasse o engenho natural dos seus concidadãos e fomentasse as vantagens de viver em comunidade, que hoje em dia é global, ao mesmo tempo que local, apostando mais na nossa cultura, nas nossas tradições, costumes e valências, que já fizeram de nós um país de referência e podem voltar a fazer, se tivermos confiança em nós.

Maria Sousa Galito 5